



ECOFEMINISMO, MULHERES E CUIDADO: PRODUÇÃO DE SUJEITOS E SUBJETIVIDADES

ECOFEMINISM, WOMEN AND CARE: PRODUCTION OF SUBJECTS AND SUBJECTIVITIES

Giovana Ilka Jacinto Salvaro¹
Brenda Roani Cardoso²

Resumo

O artigo estabelece uma relação paralela e comparativa entre duas vertentes do ecofeminismo, a essencialista e a crítica, identificando quais são as lutas políticas empreendidas por essas teorias. Procura responder como teorias ecofeministas constituem as mulheres como cuidadoras, sujeitos e subjetividade. Busca, também, compreender quem são os sujeitos das lutas ecofeministas e as subjetividades que produzem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com finalidade exploratória através de um estudo bibliográfico através de livros, artigos científicos e entrevistas, selecionados a partir de autoras clássicas referentes à temática do ecofeminismo. No entanto, tem-se que a análise realizada neste artigo se baseia nas representações geradas pelas diferentes vertentes, uma vez que não é possível analisar a construção dos sujeitos, considerando que dentro dos movimentos há mulheres que não se subjetivam. Ao contrário da vertente crítica, observa-se também que as problemáticas de gênero não são consideradas na vertente essencialista, pois ela retira a responsabilidade do homem em relação à natureza, reforçando ainda mais a separação do cuidado, que acaba sendo atribuída apenas às mulheres.

Palavras-chave: ecofeminismo; feminismos; mulheres; subjetividades.

Abstract

The article establishes a parallel and comparative relationship between two strands of ecofeminism, the essentialist and the critical, identifying the political struggles undertaken by these theories. It seeks to answer how ecofeminist theories constitute women as caregivers, subjects, and subjectivity. It also aims to understand who the subjects of ecofeminist struggles are and the subjectivities they produce. For this purpose, qualitative research with exploratory intent was conducted through a bibliographic study using books, scientific articles, and interviews, selected from classic authors related to the theme of ecofeminism. However, it should be noted that the analysis conducted in this article is based on the representations generated by the different strands, as it is not possible to analyze the construction of subjects, considering that within the movements there are women who do not subjectify themselves. Unlike the critical approach, it is observed that gender issues are not considered in the essentialist perspective, as it removes male responsibility towards nature, further reinforcing the separation of care, which ends up being attributed solely to women.

Keywords: ecofeminism; feminisms; women; subjectivities.

¹ Doutora em Psicologia. Universidade do Extremo Sul Cartarinense, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0884-1923> E-mail: giovanasalvaro@unescc.net.

² Graduanda em Psicologia. Universidade do Extremo Sul Cartarinense, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2654-0687> E-mail: brendaroani@unescc.net

Este artigo tem como tema teorias ecofeministas e buscou, em seu desenvolver, pontuar e analisar paralelamente as vertentes nomeadas como essencialista e crítica. Em breves notas iniciais, ressalta-se que as teorias apresentam pressupostos que se diferenciam, sobretudo, no que diz respeito à constituição de sujeitos e a posições atribuídas a mulheres na interface com a responsabilização pelo cuidado da vida. Além disso, problematizam questões de exploração e desigualdades nas relações de trabalho.

Percebendo que ambas as lutas estão imbricadas na constituição das mulheres e/ ou dos sujeitos autores dessas lutas, cabe à psicologia a análise de existências, compreender se a ecologia as afeta e qual o papel de teorias ecofeministas em tais processos.

Ao falar sobre o ecofeminismo, entende-se uma relação da ecologia e de aspectos pertinentes a mulheres, na interface com ciclos produtivos e de colheita, atrelada a movimentos feministas. Há teorias e vertentes que se estendem do ecofeminismo, sendo então necessário apresentar quais os feminismos e as relações dispostas às teorias.

Na direção de uma possível leitura dos feminismos em “ondas”, ressalta-se que a primeira onda feminista surge no final do século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, proposto por mulheres que lutavam pelo direito ao voto, trabalho remunerado, estudo e propriedade. Portanto, buscavam por direitos sociais e políticos. Posteriormente, o feminismo passa a olhar para as mulheres de forma distinta aos homens, percebendo que as diferenciações potencializam a exclusão quanto ao pertencimento ao campo de direitos sociais e políticos. Foi no segundo momento do feminismo que a categoria gênero foi criada, na chamada “segunda onda”, conforme ressaltado pela historiadora Joana Maria Pedro (2005), no âmbito de “movimentos feministas e de mulheres [que] passaram a ganhar visibilidade nos anos 60, nos Estados Unidos.” As mulheres se reuniam em grupos a fim de refletir sobre as suas vidas, modo de criação e de vivências comuns, que eram invisibilizadas socioculturalmente em comparação aos homens; entre outras questões opressoras, a violência doméstica passa a ser identificada como uma questão de gênero vinculada ao patriarcado, os direitos das mulheres, como a opção de ter filhos ou não, não eram cogitados (Siliprandi, 2009).

As violências e opressões contra as mulheres estão presentes na maioria das sociedades do mundo. Sendo assim, é crucial fortalecer lutas feministas no sentido de acolher demandas de mulheres de todas as regiões, culturas, classes, raças, geração, entre outros marcadores de opressão; como argumentado por Siliprandi (2009), nesse contexto, é de suma importância ressaltar o histórico do feminismo que surge na América Latina como consequência da colonização de Portugal e da Espanha.

Bedía (2014) esclarece acerca de contextos turbulentos de grande desigualdade econômica, pela feminização da pobreza e pela exploração econômica, em que mulheres migravam aos países mais ricos por conta da força de trabalho barata. Conforme a autora, os feminismos foram produzidos em situações conturbadas, na segunda metade do século XX, em meio às guerras e ditadura civil militar em países como Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil, Bolívia e Equador; a elite sustentava a exterminação das populações originárias e negava a possibilidade de acesso a políticas sociais. Portanto, argumenta-se sobre a importância da produção de análises que considerem conjunturas específicas de países latinos, que se diferenciam de países da Europa e dos Estados Unidos, na medida em que remetem a diferentes lutas feministas marcadas por dinâmicas sociopolíticas, culturais, econômicas, entre outras.

Como já registrado em estudos feministas, demarcações temporais dos movimentos feministas possuem focos

diferentes, mas que não devem ser descartadas, pois historicamente compõem lutas de grande importância e que refletem na atualidade (Pedro, 2005). No caso do movimento ecofeminista, diferentes focos da luta também ser considerados.

Segundo Bedía (2014) o movimento do ecofeminismo teve início em países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. Emergiu com grupos feministas de segunda onda, com preocupações alusivas à saúde da mulher e à relação com a crise ecológica decorrente da industrialização crescente da época, questionando razões consideradas benéficas para o crescimento tecnológico. A utilização excessiva dos recursos naturais, de agrotóxicos e da poluição geraram consequências tanto para o planeta como para a saúde humana, pois é causa de diversas novas doenças. Mulheres cuidam de sua saúde, das consequências dos desastres ambientais, dos doentes, multiplicando cada vez mais a função de cuidadora, colocando-a como a essencial reprodutora da vida, e retirando cada vez mais a responsabilidade dos homens perante a vida.

As lutas por serem políticas, sociais e/ou culturais, tornam-se fatores constituidores do ser humano, sendo o feminismo a luta das mulheres pela igualdade de gênero, e o ecofeminismo a luta das mulheres na perspectiva da ecologia. Quando se amplia a discussão para o campo dos estudos da psicologia sobre a constituição de sujeitos, é central problematizar quais dispositivos do cuidado são mobilizados pelas teorias ecofeministas, as quais possibilitam compreender as mulheres como sujeitos de luta e de direitos.

A partir desse contexto, o artigo traz como objetivo analisar como as teorias ecofeministas constituem as mulheres como cuidadoras, como sujeitos e subjetividades. Para além disso, busca estabelecer uma relação paralela e comparativa entre o ecofeminismo essencialista e o crítico, identificando lutas políticas delineadas.

A pesquisa é de natureza qualitativa, de modo a descrever e analisar vertentes ecofeministas expostas nos materiais estudados. Na pesquisa qualitativa, a pesquisadora é participante do processo de pesquisa considerando a sua perspectiva decorrente do assunto e reconhece os valores dos resultados conclusos, enfatizando as descrições e contextos observados (Gil, 2019), bem como a qualidade dos materiais analisados e não a quantidade.

Tem a finalidade exploratória, ou seja, busca formular hipóteses conforme a análise dos estudos. Quanto ao delineamento, é um estudo bibliográfico que consiste em fazer um levantamento de publicações já existentes que fornecem informações relevantes e necessárias para fundamentar uma análise. (Lakatos e Marconi, 2003, p. 158-188).

O levantamento e a seleção das teorias ecofeministas decorreram da leitura de livros, artigos e entrevistas. Pelo processo de investigação, foi possível selecionar teorias de autoras referentes à temática do ecofeminismo, como por exemplo Alicia Puleo (2000, 2008, 2011, 2012, 2019) Vandana Shiva (1993) e Françoise d'Eaubonne (1974). Também, foram analisados os estudos anteriores e atuais, já que se trata de uma análise das vertentes que discorrem sobre o assunto.

VERTENTES TEÓRICAS DO ECOFEMINISMO E LUTAS POLÍTICAS

As primeiras ideias surgiram em Paris, na França. Simone de Beauvoir já apresentava seus pensamentos feministas enquanto Françoise d'Eaubonne, feminista e ambientalista francesa, trazia suas contribuições para o feminismo e o meio ambiente. As discussões ecofeministas começam a acontecer após a publicação de seu livro “*El*

feminisme ou La Mort”, em 1974; em 1978, fundou o movimento Ecologia e Feminismo também como uma forma de resistência ao colonialismo (Flores e Trevisan, 2015).

Françoise d'Eaubonne utilizou pela primeira vez o termo “ecofeminismo”, significando a relação entre a superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina. Questionava a interferência dos sexos no processo de destruição ambiental, de superprodução e de consumo. Trouxe lutas que as mulheres vivenciavam nesse sentido, como o direito de controle da reprodução que iniciou muito antes da problemática de superpopulação, e chegando à uma resposta de que o modelo falocêntrico seria ecologicamente insustentável. Portanto, por uma questão de sobrevivência, o modelo haveria de ser substituído, o que é justificado ao longo deste trabalho (Puleo, 2000).

Já nos Estados Unidos, Mary Daly foi responsável por trazer a discussão ecofeminista como uma crítica ao modelo tecnopatriarcal. Foi uma filósofa e teóloga que defendia o feminismo radical, portanto suas publicações eram relacionadas a esse movimento unificado à ecologia e também às crenças cristãs. Uma de suas principais obras foi “Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism” (Daly, 1978), abordando a ginecologia natural (Hedrick, 2013, p. 257-260).

Mary Daly olhava para a saúde das mulheres desenvolvendo terapias ginecológicas e iatrogênicas que possibilitassem o autocontrole das mulheres quanto aos seus corpos, de modo a acautelá-los da poluição e toxicidade industrial, utilizando as plantas ecologicamente. Suas teorias foram, apesar disso, essencialistas e analisavam a mitologia e as religiões como centrais na culturação ao patriarcado, criando uma dualidade entre a “natureza masculina” e a “feminina”. Quanto à “natureza masculina”, demonstra uma perspectiva demonizadora, agressiva e destrutiva; à “natureza feminina”, atribui um sentido maternal e atrelado ao cuidado. Responsabiliza o homem pelo envenenamento da natureza e pelas guerras, relacionando à incapacidade de “dar à luz”; e as mulheres, pela salvação do planeta através da consciência ginecológica e resistência ao tecnopatriarcado (Puleo, 2000). Entende-se que esse termo pode estar relacionado ao sistema de exploração intensiva da natureza para a produção desenfreada de tecnologias, aliada à estrutura patriarcal. É possível argumentar que, nesse sistema, o controle tecnopatriarcal atravessava o cuidado com a vida e com o território. As feministas que trouxeram esse pensamento eram conhecidas como radicais, e ainda que esteja manifestada nessa teoria a “essência cuidadora”, é importante o reconhecimento de que ela levantou a consciência ginecológica e ecológica das mulheres na época, percebendo que o sistema tecnopatriarcal estabelecido era responsável pelo controle dos corpos das mulheres, e então a luta seria pelos direitos de escolha quanto aos corpos e à reprodução da vida (Puleo, 2012).

Na década de oitenta, Vandana Shiva critica o essencialismo pela rígida separação de homens e de mulheres, porém se desvia a uma incompatibilidade com a sua teoria. Ainda que defenda uma visão diferente, a autora coloca a mulher como a responsável pelo cuidado e salvação da natureza, enquanto o homem é o destruidor. Trata-se de um pensamento que questiona o cotidiano de mulheres e de homens, marcado por desigualdades, mas que de igual modo coloca em foco estruturas sociais que são patriarcais e que reproduzem modelos de destruição. Aprofunda-se em uma teoria espiritualista, sustentando a ideia do equilíbrio entre uma energia feminina e uma masculina, seguindo princípios de religiões ocidentais que nomeiam essas energias com nomes de deuses e deusas hinduístas. Percebe-se assim, que esse cenário não é capaz de dar conta das opressões interseccionais das mulheres, pois remonta a um olhar limitado para a diversidade de existências dos corpos, para os demais aspectos sociais como raça e classe, entre outros, na medida em que considera apenas um grupo homogêneo de mulheres que habita específicas

regiões e com semelhantes condições sociais (Puleo, 2000).

Quem deu início ao feminismo construtivista foi Evelyn Fox Keller, estadunidense feminista, professora e pesquisadora de estudos das mulheres, reconhecida pelos seus trabalhos em ciência e gênero, filosofia e história da biologia moderna. Teve seu clássico livro “*Reflections on gender and science*” publicado em 1985 (Keller, Rocha e Rocha; 2022).

Uma teoria mais recente elaborada por Evelyn Fox Keller e Carolyn Merchant traz uma perspectiva diferente das anteriores, em que a devastação da natureza devido ao extrativismo seria uma consequência do capitalismo industrial, pois ela passa a ser percebida apenas como matéria prima para produção. Essa teoria sugere que ocorre uma dependência de mercados internacionais, na medida em que cria uma distância de uma alimentação mais agroecológica para aproximar-se de uma mais industrializada, determinando assim uma relação em que a natureza é apenas o espaço produtivo. Esse modelo compreende a estrutura colonizadora como uma problemática para os países considerados em desenvolvimento. A exploração demasiada da natureza acarreta em desastres ambientais de danos graves que afetaram diretamente a vida de muitas mulheres. Desvaloriza os saberes e práticas das mulheres quanto à vegetação, dificultando os seus trabalhos e aumentando a pobreza, dando ênfase ao grupo das mulheres rurais que é o mais afetado em questão de classe. Afastou-as da natureza, do acesso à terra, lenha e água, resultando em complicações na saúde. Outras problemáticas foram comuns a essa implantação do sistema capitalista dominado pelo patriarcado, como o envenenamento das plantações e a falta de água evidenciando um modelo de violência e destruição. A partir disso, inicia-se o movimento de mulheres rurais na Índia, não necessariamente declaradas como ecofeministas, mas que lutavam por uma causa comum, o fim da devastação da natureza (Puleo, 2000). Vandana Shiva também foi de grande importância para que esse movimento ocorresse, pois esteve à frente nas lutas rurais que defendem as mulheres e o acesso à agroecologia.

Após as vertentes apresentadas, uma autora contemporânea que será estudada neste trabalho é Alicia Puleo. A autora realiza estudos sobre a temática desde a década de noventa e permanece na atualidade. É uma ecofeminista espanhola, filósofa e professora de ética, produz uma teoria sócio-política e crítica, preocupando-se com os recortes sociais, principalmente de classe e de região. Entre tantas de suas obras, uma que se destaca é o livro “*Ecofeminismo para otro mundo posible*”, que explica sua perspectiva quanto à relação entre os seres humanos e a natureza (Young, 2013).

Puleo analisa em seus artigos os tantos ecofeminismos que foram produzidos, compreendendo nas reflexões quais seriam os seus ideais, frente à civilização tecnológica, opondo-se às vertentes que se diferenciam do construtivismo, como as essencialistas. Portanto, busca por um ecofeminismo autônomo que preserve de fato o sentido da ecologia. O conceito de “ecologia” pressupõe relações que estabelecemos com a natureza e com o meio, assim como o meio está sendo construído. São essas relações que se estabelecem entre uma espécie de ser vivo e o meio que o cerca (Barbosa e Silveira, 2018).

Na mesma direção, constata que há uma ambivalência quanto ao desenvolvimento moderno e tecnológico, pois, por um lado, traz o bem-estar para a civilização e, por outro lado, ameaças e graves problemas ambientais e até globais. É nessa relação que se vinculam os direitos humanos com a proteção ambiental, pois envolve diretamente os contextos sociais com a crise ecológica. Nessa perspectiva, se torna possível a emancipação resultante da consciência das mulheres quanto às questões citadas e, também, ao gênero, patriarcado, cuidado e outros.

Entre os pressupostos que levam a conceituar pontos considerados cruciais para a definição de um ecofeminismo seguro. Destacam-se o pensamento crítico, a reivindicação de igualdade e de autonomia das mulheres, a aceitação dos benefícios científicos e tecnológicos, a promoção da universalização dos valores éticos e de cuidado com o ser humano e a natureza (Puleo, 2008).

Mesmo reconhecendo a importância dessas lutas e a forma que se organizaram, emerge um ecofeminismo que critica os modelos que não levam em conta questões sociais de divergência e que singularizam as mulheres, como raça, etnia, classe e cultura. Então, a proposta foi a de erguer um movimento que abranja essas questões, formulando um novo ecofeminismo denominado construtivismo. Esse movimento mantém o princípio da luta contra a dominação patriarcal relacionado ao domínio da natureza, pois é esse sistema que constitui a estrutura colonizadora que coloca em risco a ecologia. Contudo, deixa de ver as mulheres como as responsáveis pela salvação da natureza, ou os homens como responsáveis inatos pela destruição. Aqui a dualidade entre os fatores biológicos e o essencialismo são pautados, desmistificando-os

Apesar de que há, sim, mulheres que se sensibilizam com o cuidado da natureza e com as preocupações ambientais, não se deve a uma questão biológica ou genérica quanto ao gênero, mas sim de escolha. A teoria ecofeminista essencialista, por muitas vezes, percebe a mulher como "salvadora", ou seja, como naturalmente responsável por à serviço do meio ambiente. Além de serem consideradas um dispositivo de cuidado humano, também se estabelece o cuidado do planeta. Portanto, independente da maternagem, são cuidadoras.

PRODUÇÃO DE SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM TEORIAS ECOFEMINISTAS

Diante de tantas vertentes desenvolvidas a partir das teorias dos movimentos ecofeministas, apesar de objetivos e lutas em comum, cada uma dessas teorias, de acordo com seus atributos, constituem diferentes sujeitos de luta, como representações políticas de mulheres que formam esses movimentos. Logo, a representação política trata da produção de subjetividades dentro desses contextos.

Tendo em vista as considerações elaboradas no tópico anterior, neste tópico, será explorado quais os sujeitos de luta que emergem nessas vertentes teóricas a fim de identificar como mulheres ecofeministas são representadas.

Para tanto, inicia-se com a abordagem teórica produzida por Vandana Shiva e Maria Mies, autoras orientais do livro "Ecofeminismo", escrito em 1993. Elas defendem a vertente com a seguinte definição: "O ecofeminismo trata da interligação e da abrangência da teoria e da prática. Reivindica a força e a integridade especiais de todas as coisas vivas (p. 25)." Acreditam em uma responsabilidade moral por parte das mulheres com a Terra, contra a destruição ecológica, colocando os homens como causadores dessa destruição e as mulheres como salvadoras, o que estaria declarando a lealdade com o planeta.

Segundo Vandana Shiva e Maria Mies, esse movimento compreende a devastação da Terra pelos guerreiros empresariais e a ameaça do extermínio nuclear pelos guerreiros militares como justificativas da luta feminista. Além disso, ressaltam a lógica dominante de um sistema patriarcal, sobretudo, reproduzido por homens, médicos e empresas multinacionais, que nega a mulheres o direito aos próprios corpos, da sexualidade e da escolha da reprodução. As autoras argumentam que as mulheres ao perceberem a violência machista contra elas e contra a natureza, responsabilizam-se com as gerações seguintes e com o planeta (Shiva e Mies, 1993, p. 25-27).

As autoras trazem uma perspectiva espiritualizada do movimento ecofeminista, por meio da qual creem que a Caça às Bruxas foi o estopim para o desenvolvimento tecnológico, pois foi quando a sabedoria das mulheres em relação à natureza teria sido destruída. Nesse contexto, o saber dos povos tradicionais vai sendo substituído pela ciência. Na obra citada, verifica-se o fortalecimento da ideia de espiritualidade para “recuperar” a sabedoria e proximidade com a natureza, vinculam-se à uma crença religiosa baseada em uma “Deusa”, o que as autoras dizem ser a própria espiritualidade (Shiva e Mies, 1993, p. 28).

Esse comprometimento que relaciona os corpos das mulheres com a natureza denota uma essencialização, que, no dizer das autoras, sugere existências predeterminadas, configuração de cuidado espiritual inato das mulheres perante à Terra. De acordo com a relação estabelecida, é possível argumentar que os corpos das mulheres são concebidos como determinados por características biológicas e naturalizadas de determinada essência. Enfatiza-se essa espiritualidade como algo “feminino”, por isso ela recebe o nome de “a Deusa” representando uma energia que dá às mulheres a capacidade de amar e de celebrar a vida, e o planeta como a “Terra-Mãe” (Shiva e Mies, 1993, p. 28-31). Seus primeiros manifestos foram executados a partir de rituais de magia, pois assim acreditavam que reconquistariam os conhecimentos sobre os elementos da natureza e, então, seriam capazes de influenciar “homens poderosos”, que é a descrição usada para mencionar os homens cientistas:

A antiga sabedoria redescoberta consiste na velha reflexão mágica da existência destas ligações que tudo alcançam e que, através delas, as mulheres sem poder eram capazes influenciar homens poderosos. Isto, pelo menos, animou o pensamento das mulheres que, em 1980, rodearam o pentágono com os seus rituais e formularam o primeiro manifesto ecofeminista (Shiva e Mies, 1993, p. 29).

Esta perspectiva espiritualista é debatida por ecofeministas alemãs durante o mesmo período. Apesar de perceberem a relação do homem com a tecnologia e a guerra contra a natureza, criticam a lógica espiritualista como um escape da política para um mundo onírico, o que potencializa ainda mais os homens. O contra-argumento das ecofeministas espirituais é de que a política é efetivada em parcelas menores e em pequenas comunidades diariamente (Shiva e Mies, 1993, p. 26-30).

Contudo, ao analisar o sujeito que se constitui a partir do movimento ecofeminista através da vertente de Shiva e Mies em uma perspectiva discursiva, tem-se o pressuposto que mulheres, historicamente e socioculturalmente subjugadas, constituem-se como salvadoras do planeta em destruição. Dessa forma, pode-se identificar que o pressuposto em questão mobiliza uma lógica essencialista de que há um dever a ser cumprido que é anterior à construção dos sujeitos como mulheres. Não é, ao que se declara, uma construção teórica que considera questões de gênero, ao invés disso, relaciona homens e mulheres, respectivamente, à cultura e à natureza, restringindo assim, possibilidades de exercerem funções sociais que saem desse padrão.

Sobre a relação cultura e natureza, sobretudo, na produção de homens e mulheres, a antropóloga Sherry Ortner (1979) traz importantes contribuições ao debate, que podem ser mobilizadas em uma análise ecofeminista. Ortner é uma teórica que discute a dicotomia cultura vs natureza e questiona acontecimentos, bem como condições de existência que atribuem valorações diferentes para atividades realizadas por mulheres e homens. Ao questionar a condição de superioridade que os homens são dispostos socialmente em relação às mulheres e levando em conta a dualidade estudada, conclui que historicamente as mulheres são consideradas “mais próximas” à natureza, conforme

o sentido biológico em que seus corpos são percebidos e suas funções desempenhadas, principalmente, relacionadas à maternidade, aproximando-as de uma naturalidade animal. Logo, os homens estão mais associados à cultura, a qual orienta à noção de consciência humana, sistemas de pensamento e tecnologia. Denuncia, portanto, que essa desvalorização ocorre através desses significados culturais, por meio dos quais a natureza é controlada, submetida e oprimida.

Em contraponto, após as vertentes essencialistas e espiritualistas serem levantadas fortemente, surgem questionamentos críticos e perspectivas que problematizam a relação entre a ecologia e a “santidade”, além das teorias biologicistas, pontuadas principalmente por Mary Daly. Alicia Puleo propõe uma teoria que afronta esses modelos anteriores de visão reducionista, sugerindo um ecofeminismo com pensamento crítico que evidencie a indissociabilidade entre os seres humanos, natureza e cultura:

Esse ecofeminismo biocêntrico, que apela ao sentido do sagrado aplicado à natureza é, em minha opinião, altamente problemático para o feminismo. Por isso, propus um ecofeminismo de raiz ilustrada baseado no princípio da qualidade de vida, que permite rejeitar a *hybris* tecnocientífica favorecida pela globalização neoliberal sem renunciar aos benefícios da ciência e da técnica quando se cumpre o princípio de precaução e se atende à dignidade, ao bem-estar e à diminuição do sofrimento (Puleo, 2017, p. 47).

A autora baseia sua teoria em críticas às definições naturalizantes. A partir de seus estudos, conclui que se as mulheres tivessem ocupado espaços de poder a primeira ação teria sido espaçar os nascimentos de filhos/as, evitando a situação de superpopulação. Dessa forma, não haveriam teorias ecofeministas de base essencialistas que identificam as mulheres como mães e/ou cuidadoras inatas. Ao invés disso, com as demandas ambientais e demográficas que atingem diretamente as mulheres, o ecofeminismo político se faz necessário, reconhecendo a relação intrínseca entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental, preocupando-se com questões políticas e sociais como identidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Puleo, 2019).

Para Puleo, o ecofeminismo é um movimento que busca a emancipação das mulheres e a proteção do meio ambiente, que percebe a exploração como uma forma de opressão das mulheres. Uma das principais contribuições da perspectiva de Puleo no ecofeminismo é sua análise interrelacional, que reconhece que as opressões não podem ser entendidas separadamente. Ela argumenta que as mulheres frequentemente são as mais submetidas à ingestão tóxica e degradação ambiental, uma vez que são mais sintomáticas a doenças e problemas de saúde causados pela exposição a toxinas. Compreende que os agrotóxicos e outros produtos químicos, utilizados por interesses do mercado, são maléficos ao organismo devido à estrutura molecular semelhante à dos estrogênios. As mulheres são as principais afetadas, pois tais produtos são causadores de cânceres ginecológicos e também da síndrome de hipersensibilidade química múltipla que afeta principalmente mulheres (Puleo, 2019).

Esses interesses capitalistas são mencionados por Alicia Puleo como um tipo de produção que se baseia na homogeneização do monocultivo, o que é um aspecto importante para o ecofeminismo. O tempo da natureza não é respeitado, é acelerado com fertilizantes e com práticas que chegam aos alimentos em forma de tóxicos. Compreende que isso está relacionado com a desapropriação das terras indígenas, com a desaparecimento dos pequenos produtores e da biodiversidade cultural e com a concentração de poder econômico. Nesse sentido, afirma que o conhecimento das mulheres indígenas foi descartado por esse tipo de produção, mas afirma que os povos originários da América são

voz e ação contra a devastação ambiental, sendo essenciais para o futuro da humanidade e do planeta (Puleo, 2019).

Sua concepção sobre o feminismo, de extrema relevância para um ecofeminismo político, é de que esse movimento é marcado, em grande medida, pela reivindicação de que as mulheres pertencem à cultura, criticando o viés andro-antropocêntrico da sociedade. Na oposição natureza e cultura, o patriarcado sempre colocou as mulheres como relacionadas à natureza, situando-as como cuidadoras, dando mais importância ao ventre e à maternidade do que ao seu cérebro e capacidade de pensar; usa o exemplo de que as mulheres cuidam da higiene enquanto os homens cuidam da civilização (Puleo, 2011):

A crítica ecofeminista pode colaborar para o reencontro das ciências sociais com as ciências naturais, sem recair no biologicismo nem na dissolução nominalista radical. A partir da experiência daqueles que vêm de uma longa história de opressão e de luta por acessar o *logos* e serem reconhecidas como sujeitos, e na escuta de outras culturas mais respeitadas da natureza, mas sem esquecer o legado ilustrado, a teoria ecofeminista possui um potencial inestimável de impulsionar um conhecimento menos antropocêntrico ou, o que é o mesmo, mais ajustado à diversidade do ser. Para além da epistemologia, sua crítica ao andro-antropocentrismo é um convite a que a ciência e o conhecimento estreitem laços com a ética para que um mundo sem dominação seja possível (Puleo, 2017, p. 52).

Nesse sentido, Puleo aborda que o ecofeminismo ainda é afastado da ciência e do espaço científico, pois as mulheres são excluídas da produção de conhecimento. Essa divisão estrita é também um resultado da polarização dos estereótipos que vinculam os homens à civilização e à capacidade de transformações sociais; e as mulheres a gestação e criação de filhos (Ortner, 1979). A autora argumenta que lutar contra os estereótipos relacionados ao que se atribui a mulheres e a homens, no campo das atividades produtivas e reprodutivas, apresenta-se como um dos maiores desafios do movimento ecofeminista (Puleo, 2013).

Analisa-se que a constituição de sujeitos [e de subjetividades] a partir da teoria de Alicia Puleo é, em uma concepção discursiva, marcada por ações feministas que buscam por direitos de igualdade de gênero em uma perspectiva de responsabilizar homens e mulheres pela relação cultura e natureza. Esta vertente considera aspectos de diversas esferas sociais e, por isso, é coerente afirmar que traz uma concepção de sujeito e de subjetividades, em um sentido de inclusão das mulheres em um campo ecofeminista, levando em conta, principalmente, as questões de gênero, o que demonstra uma diferença significativa das vertentes ecofeministas essencialistas. Enquanto vertentes essencialistas buscam manter as mulheres nas funções tradicionais estabelecidas socialmente, a vertente crítica ecofeminista, também considerada como vertente política, busca inserir as mulheres em espaços de poder e subverter os estereótipos convencionados de acordo com as normas de gênero.

Em uma vertente essencialista, como a de Mary Daly, destaca-se o estudo das consequências ginecológicas causadas pela falta ou ausência de uma consciência ecológica. Sua luta foi de relevante para problematizar a relação de tal ausência com a saúde das mulheres, apesar de sua teoria se aproximar de uma perspectiva essencialista, pois tinha como objetivo reduzir ou substituir o uso da medicina tradicional e farmacêutica por métodos holísticos e terapêuticos. Além disso, questiona as práticas contraceptivas no mesmo sentido que Vandana Shiva, defendendo a “sacralidade da vida”; entretanto, seguindo uma perspectiva ginecológica que pretendia se tornar independente de grandes empresas farmacêuticas, para que assim as mulheres pudessem ter maior poder de decisão sobre seus

corpos (Puleo, 2019). Puleo também analisa a saúde das mulheres como um ponto importante do movimento ecofeminista e compreende que seus corpos são mais afetados do que os dos homens. Apesar disso, defende o acesso aos contraceptivos, a educação sexual e o direito à interrupção voluntária da gravidez é um direito à saúde sexual reprodutiva das mulheres, o que pode contrariar reivindicações tradicionais do feminismo (Puleo, 2019).

Faz-se relevante também o olhar para o início do movimento quando Françoise D'Eaubonne desenvolveu a primeira teoria ecofeminista. A autora é quem trouxe a perspectiva de limitar os nascimentos para evitar a superpopulação, corroborando com os avanços farmacêuticos contraceptivos, o que impediu que isso ocorresse foi o controle social sobre os corpos das mulheres que as levou à maternidade forçada (Puleo, 2019). Puleo utiliza desse argumento para explicar uma das causas do ecofeminismo. Em um sentido temporal, na primeira metade do século XX, Simone de Beauvoir defendeu a liberdade das mulheres no exercício de escolher serem mães ou não; D'Eaubonne era uma das mulheres de seu círculo que apoiava essa perspectiva reconhecendo os direitos reprodutivos como uma luta dentro do movimento ecofeminista e que, posteriormente, Alicia Puleo reforçou. Apesar da distância temporal entre os estudos citados, pode-se estimar que levantam um ponto em comum que contempla processos de produção de subjetividades femininas, sobretudo, com base em normas que regulam a constituição de mulheres e de homens em determinadas culturas. O direito à escolha de reprodução, defendê-lo ou não, é um aspecto que reflete na constituição das mulheres como sujeitos de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecofeminismo surge como uma abordagem que busca explorar as interconexões entre ecologia e feminismo, destacando as relações das mulheres com a natureza, a agricultura, o cuidado e o cultivo. Ao longo dos diferentes momentos do movimento feminista, ocorreram mudanças na compreensão das questões de gênero e na inclusão de diversas perspectivas e experiências. O feminismo passou a reconhecer as opressões específicas vivenciadas por mulheres, como a violência doméstica, a submissão ao patriarcado e a atribuição de papéis essencialistas baseados em estereótipos de feminilidade.

O ecofeminismo também passou por mudanças, refletindo sobre a posição das mulheres na luta ecológica e questionando as razões e consequências da industrialização e exploração desenfreada dos recursos naturais. As preocupações com a saúde da mulher e a crise ambiental crescente levaram a uma conscientização sobre os impactos negativos na saúde humana e a necessidade de repensar os padrões de consumo e desenvolvimento tecnológico.

Pela análise das vertentes teóricas ecofeministas essencialista e crítica, buscou-se compreender quem são os sujeitos de luta e as subjetividades produzidas por cada uma. Tem-se que a primeira foi marcada principalmente pela espiritualidade que revela uma essência salvadora de mulheres que foram responsabilizadas pelo cuidado com o planeta.

Apesar das lutas e de direitos conquistados, as diferencialistas (que lutavam a partir do reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens) eram reconhecidas como essencialistas, pois os seus corpos eram vistos como frágeis, que maternavam, cuidavam, sangravam e, logo, justificaria a submissão ao patriarcado. Culturalmente essas atribuições às mulheres foram avaliadas como femininas por esse grupo, gerando uma exclusão entre as próprias

mulheres que não eram contempladas nessa perspectiva de feminilidade. Em tal sentido, os afazeres domésticos ou as práticas “femininas” não seriam libertadoras, pois muitas mulheres que tinham o cuidado como um trabalho remunerado o viam apenas como um emprego, diferentemente da maior parte das mulheres brancas, que o identificavam como uma satisfação pessoal (Puleo, 2012).

No caso da abordagem teórica crítica, foi identificada uma posição que se contrapõe justamente à ideia da essência, procurando os espaços políticos que não foram ocupados por mulheres, a fim de tomá-los para lutar, de forma equitativa aos homens, pela ecologia. Para mais, incorporar os debates de gênero é uma característica dessa teoria que aparece como uma das subjetividades, produzidas teoricamente, das mulheres que compõem essa luta.

Observa-se que as problemáticas de gênero não são levadas em conta na abordagem teórica essencialista, pois culpabiliza o patriarcado, mas tira a responsabilidade masculina com a natureza, edificando ainda mais a separação do cuidado, que acaba sendo instituído apenas para as mulheres.

No processo de análise, teve-se que na abordagem teórica essencialista se busca vincular mulheres a práticas do cuidado, como seres que nasceram com o “dom” de cuidar da natureza, de servir à ela, desconsiderando o poder de escolha e as múltiplas formas de existência. Já a abordagem teórica crítica, problematiza a relação das mulheres com a atribuição do “cuidado” como inato e sinaliza para uma liberdade de escolha.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, L. L. P., & Silveira, A. P. (2018). Representações Do Conceito De Ecologia: Análise De Livros Didáticos E Concepção De Alunos De Ciências Biológicas. *Tear: Revista De Educação Ciência E Tecnologia, Canoas*, 7(1), 1-20. Recuperado de: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/2577/2020>.
- Bedía, R. C. (2014). *Aproximações à Teoria Crítica Feminista* (1ª ed.). Lima: CLADEM, 40-46. Recuperado de: <https://cladem.org/wp-content/uploads/2018/11/aproximaciones-a-la-teoria-critica.pdf>.
- Eubonne, Françoise d'. (1974). *Le Féminisme Ou La Mort*. Paris: P. Horay.
- Daly, M. (1978). *Gyn/ecology the metaethics of radical feminism*. Beacon Press: Boston.
- Flores, B. N., & Trevizan, S. D. P. (2015). Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudos Feministas* [online], 23(01), 11-34. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p011>.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (7ª ed.). Barueri: Grupo GEN.
- Hedrick, E. (2013). The Early Career of Mary Daly: A Retrospective. *Feminist Studies*, 39(02), 457-483. Recuperado de: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/early-career-mary-daly-retrospective/docview/1508763369/se-2>.
- INAMUCOSTARICA. (2019, 4 de abril). Alicia Puleo. [Vídeo]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NaceYrdEDOU>

- Jeremias, O. D. B. C. (2012). Resenha do livro *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*, de Vandana Shiva. *Agrária*, São Paulo, (17), 132-137. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/97367/106171>.
- Keller, E. F., Rocha, G. R., & Rocha, L. F. S. (2022). Ciência e gênero, feminismo e história das ciências: entrevista com Evelyn Fox Keller. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], 29(3), 725-735. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702022000300008>.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2005). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Ortner, S. B. (1979). Está a Mulher para a Natureza Assim Como o Homem para a Cultura?. Em M. Z. Rosaldo & L. Lamphere (org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. (pp. 95-120). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 24(1), 77-98. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.
- Puleo, A. H. (2019). Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. *Em Construção*, (5), 163-173. Recuperado de: <https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41236>.
- Puleo, A. H. (2012). Anjos do Ecosistema? In Nalu Faria & Renata Moreno (Orgs.), *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia* (pp. 29-50). São Paulo: SOF. Recuperado de: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf.
- Puleo, A. H. (2011). Ecofeminismo para otro mundo posible. *Hablamos con Alicia Puleo de su nuevo libro*. [Entrevista concedida a] Montserrat Boix. *Mujeres en Red: El Periódico Feminista*, maio de 2011. Recuperado de: <https://www.mujeresenred.net/spip.php?article1921>.
- Puleo, A. H. (2008). Libertad, Igualdad, Sostenibilidad: por un ecofeminismo ilustrado. *ISEGORÍA: Revista de Filosofía Moral y Política*, (38), 39-59. Recuperado de: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/Libertad_igualdad_sostenibilidad.pdf.
- Puleo, A. H. (2000). Luces y sombras del ecofeminismo. *Asparkía. Investigación Feminista*, (11), 37-45. Recuperado de: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/904/813>.
- Shiva, V., & Mies, M. (1993). *Ecofeminismo* (1ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Siliprandi, E. (2009). *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5591/1/2009_EmmaCademartoriSiliprandi.pdf.

Young, L. K. (2013). Entrevista con Alicia Puleo: reflexiones sobre el ecofeminismo. *Feminismos*, (22), 47-56.
Recuperado de: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/39802/1/Feminismos_22.pdf